

Objetivação e Interpretação: Para uma Leitura do Território

Teresa Madeira da Silva

ISCTE-IUL / DINÂMIA'CET-IUL, Portugal

Resumo: No campo disciplinar da arquitectura as questões sobre as qualidades de um território, de um lugar, ou de uma obra arquitetónica encontram normalmente resposta através da aplicação recorrente a técnicas de análise à semelhança do cientista que isola um objeto para ver como ele é feito. Este modelo, considera o território a partir de objetos em que apenas a forma *objetiva* que lhe deu origem é determinante, e onde os lugares são estáticos e silenciosos. As hipóteses que se colocam, surgem à luz da filosofia hermenêutica. Uma vez que esta apela à teoria da interpretação e incorpora na interpretação o papel dos diferentes intérpretes, temos como argumento que o território deve ser encarado sob dois pontos de vista distintos: como objeto considerado abstratamente em relação ao contexto em que é produzido (eixo explicativo que trata do lado formal) e, como obra produzida por alguém que está inserido numa determinada comunidade cultural e colocado numa determinada *situação histórica* (eixo compreensivo que trata do significado). Concluimos que, para além do que se encontra objectivado através das suas características formais, a interpretação do território deverá incorporar outras categorias associadas aos intérpretes e ao tempo de vida desses territórios ganhando uma outra dimensão.

Palavras-chave: Hermenêutica, compreensão, interpretação, explicação, arquitetura, território.

Quando nos questionamos sobre as qualidades de um território, de um lugar, ou de uma obra arquitetónica levanta-se um conjunto de questões que não encontra resposta satisfatória através dos métodos tradicionais de leitura dos mesmos e normalmente utilizados no campo disciplinar da arquitetura. A aplicação recorrente de técnicas de análise arquitetónica à semelhança do cientista que isola um objeto para ver como ele é feito é, ainda hoje, o modelo dominante de leitura do território no domínio científico da arquitetura, nomeadamente nas áreas do ensino do projecto. Este modelo, aplicado em muitas escolas de arquitetura a partir da 2ª metade do século XX, considera assim o território a partir de objetos em que apenas a forma *objetiva* que lhe deu origem é determinante,

Decorrentes desta perspetiva, as leituras que habitualmente encontramos são centradas na descrição do território a partir da análise das suas componentes físicas e excluindo o papel dos diferentes intérpretes e o sentido que estes lhe atribuem, dificultando a compreensão do território nas suas várias dimensões. O campo disciplinar da arquitectura alargou a sua perspetiva através dos contributos das ciências sociais para, de forma mais articulada, incluir nos estudos do território as pessoas, no entanto, considerando-as como cidadãos ou moradores e fazendo estes parte integrante dos territórios que ocupam. Uma vez que o território é construído, descrito, interpretado e utilizado por pessoas, não faz sentido, excluir da compreensão do mesmo o papel que elas desempenham como intérpretes. Um lugar ou um território só existe (não só porque inclui pessoas), mas porque é interpretado por alguém que o revela a partir da sua leitura e interpretação.

As hipóteses que se colocam surgem à luz da filosofia hermenêutica, sendo a hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido. Dado que esta apela à teoria da interpretação e incorpora na interpretação o papel desempenhado pelos diferentes intérpretes, consideramos fundamental associar à leitura do território alguns conceitos desenvolvidos por essa disciplina, tanto para caracterizar o território como para o interpretar. A importância central da hermenêutica, como disciplina que estuda a interpretação, está associada a disciplinas humanistas, no entanto, torna-se cada vez mais visível que esta se pode estender a qualquer domínio da interpretação como é o caso do estudo da arquitetura e do território onde as questões valorativas e do sentido se tornam relevantes.

O nosso ponto de partida assenta no facto de o método indutivo, que até recentemente foi considerado a base das ciências experimentais, não é suficiente para se compreender corretamente a natureza do lugar arquitetónico e do território. Na linha de Gadamer, o método indutivo observa unicamente regularidades; ora, para compreender os territórios onde habitamos, o que se pretende é compreendê-los na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando a sua descrição e incluindo um outro tipo de leitura. À semelhança do que a hermenêutica defende para as obras literárias, eles deverão ser alvo de uma compreensão humanista, que implica a interpretação, ou seja, a decifração da marca humana que qualquer território comporta. Pressupondo que os territórios construídos são uma forma de expressão do ser humano e por isso estão sujeitos à interpretação, para além do seu valor material, com paredes, muros, vãos, etc., onde vivem pessoas, existe um conjunto de valores que dotam os territórios de uma multiplicidade de significados, ou seja, segundo a terminologia de P. Ricoeur, de um excesso de sentido. Ao contrário das obras de carácter científico, que têm um sentido literal e unívoco, as obras e os lugares arquitetónicos são passíveis de múltiplas interpretações, fazendo parte daquilo que Gadamer, designa como ciências do espírito, em oposição às ciências da natureza. Segundo Gadamer, aplicar às ciências do espírito os métodos e o conceito de objetividade das ciências da natureza, relativizando assim todo o conhecimento histórico e todo o contexto de onde é observado e interpretado, seria inconsequente. Para este autor, o homem, como um ser que pensa, encontra-se sempre lançado num *horizonte de sentido*, que lhe é prévio e o envolve e que lhe advém do seu enraizamento e pertença ao mundo.

Partindo destas premissas, temos como argumento que o território deve ser encarado sob dois pontos de vista distintos: por um lado, como objeto considerado abstratamente em relação ao contexto em que é produzido e, por outro, interpretado como obra resultante da ação humana, ou seja, produzida por alguém que está inserido numa determinada comunidade cultural e colocado numa determinada *situação histórica*. A partir deste olhar, verifica-se a necessidade de acrescentar às leituras mais comuns, centradas na descrição formal do território, um conjunto de tópicos necessários para a compreensão do mesmo, ligados aos conceitos de espaço e de tempo e à consciência do papel dos intérpretes sendo estes o autor do projeto, o investigador da obra e o usufruidor. O propósito é, por conseguinte, propor outras formas de leitura do território, através de um conjunto de características comuns

e anacrónicas, onde a dimensão hermenêutica da interpretação ultrapassa, as técnicas de explicação de uma obra, para se situar num horizonte humano de sentido. Desenvolvemos, assim, dois eixos de leitura: um inclui a compreensão e outro a explicação (ou objetivação), a partir dos quais chegamos à interpretação. Para além do que é objectivável existe um espaço que inclui a experiência dos seus intérpretes e que lhe dá uma dimensão de sentido. Como o lugar ou o território, deriva de uma intenção de construir e de comunicar alguma coisa, não se reduz a um conjunto de componentes ou de materiais de construção. O eixo compreensivo trata do seu significado e o eixo explicativo trata o lado formal. Nesta medida, é a partir da dialéctica entre compreensão e explicação que poderemos ler o território: numa primeira etapa da compreensão para a explicação e, depois, evoluindo novamente para a compreensão, remetendo, deste modo, para três estádios de entendimento do território: Um primeiro com um tipo de compreensão com carácter conjetural, produzindo um tipo de compreensão imediata a partir do que se vê (fazendo uma conjetura). Um segundo, a explicação, que pretende a objectivação e a formalização do lugar. Os tópicos utilizados são: a forma, a figura, a escala, a função, a tectónica, os limites, as acessibilidades, as vistas e a forma de implantação. Este eixo de leitura permite objectivar o lugar e com isso, torná-lo passível de ser descrito e representado. E um último, a compreensão como modo de apropriação, que revela o território a partir da obra como um todo, e do papel dos intérpretes associado à sua condição histórica, a partir dos seguintes tópicos: juízos prévios, leituras passadas, contextos temporais, níveis dimensionais e valor relacional, o intérprete ganha destaque e o lugar adquire diferentes significações emergindo, a sua singularidade porque extravasa o seu sentido literal.

A partir desta perspetiva compreendemos que os intérpretes e o significado que cada um deles atribui ao território é fundamental e, nesse sentido, qualquer um de nós não podemos abandonar o presente e enveredar pelo passado e que o significado de um lugar não pode ser visto nos seus próprios termos. Pelo contrário, o significado de um lugar do passado define-se em termos de questões que se lhe colocam a partir do presente (Palmer, 1999, p. 185), estando essas questões alicerçadas em pressupostos ou juízos prévios decorrentes do próprio presente. Neste sentido, os juízos prévios são a base que temos para compreender as obras do passado, porque todas as leituras que se possam fazer dos lugares veiculam a tradição, no sentido em que respondem, através de um conjunto de pressupostos, a uma questão formulada em cada uma das

épocas. Com este enfoque, podemos compreender melhor e reafirmar que a análise unicamente formal – supostamente objectiva –, que se prende com as características formais, as questões da funcionalidade, os percursos, os acessos, a topografia, as vistas, os materiais, etc., não proporciona uma leitura completa do lugar arquitectónico na sua totalidade.

Caracterizemos agora o papel dos intérpretes, segundo a linha que nos propomos seguir: o intérprete e o objecto estão ligados por um contexto de tradição. Segundo a perspectiva hermenêutica aqui preconizada, essa ligação implica a existência prévia de uma compreensão do objecto (por parte do intérprete quando o aborda), sendo o sujeito, por isso, incapaz de começar com um espírito neutro (Bleicher, 2002, p. 15). Esta perspectiva aplica-se às três categorias de intérpretes possíveis: autor/arquitecto, investigador e utilizador ou usufruidor. Assim, um dos aspectos subjacentes ao processo criativo de um lugar parte do facto de que a situação do intérprete é sempre caracterizada pela antecipação de sentidos, ou seja, pelo conjunto de preconceitos que ele traz consigo. O arquitecto não se confronta com um sítio, uma obra ou um terreno em total neutralidade, em total pureza, assim como quem investiga ou utiliza uma obra ou um lugar não se relaciona com ele sem uma expectativa de sentido. Segundo Ricoeur, “o sentido dado pela visão preliminar e pela antecipação forma, para qualquer projecto, o horizonte a partir do qual qualquer coisa será compreendida enquanto tal e tal” (Ricoeur, 1991, p. 57). Se observarmos qual o papel do lugar, enquanto preexistência, este serve como um elemento integrador do projecto, e o lugar que irá ser criado resulta da composição dada pelo autor em situação, mais do que do lugar enquanto preexistência, uma vez que este por si só não determina o resultado final. No ato de projetar, o lugar (preexistente) é antes utilizado como um dado operativo, tal como, por exemplo, o programa; isto porque, como referimos, quando o arquitecto aborda um lugar, já tem uma pré-ideia que condiciona a possibilidade desse lugar, resultante da época e da cultura onde se inscreve. Dito de outra forma, um sítio preexistente não é a causa determinante ou necessária de um lugar arquitectónico, embora seja na maioria dos casos assimilado como fonte geradora de uma ideia. As condicionantes são condicionantes na medida em que constituem um meio para resolver um determinado problema, mas as soluções podem ser múltiplas e variadas, e, neste sentido, podemos dizer que existe uma predisposição ou um preconceito por parte de quem constrói que permite que o resultado seja sempre diferente. Como nos diz Távora, embora a obra tenha de “satisfazer e atender

à circunstância, não é por esta ‘fatalmente determinada’” (Távora, 1996, p. 24). Compreender o conceito de juízos prévios permite perceber que há sempre pressupostos – concepções prévias –, que nos chegam da tradição e que modelam os nossos preconceitos. Essa pré-compreensão dá-se a um nível inconsciente pré-reflexivo, e, desta forma, tudo o que configuramos já está presente no nosso mundo, pressupondo sempre uma familiaridade.

A partir daqui podemos dizer que as diferentes interpretações das obras arquitectónicas são múltiplas e variadas, mas não são aleatórias. Apesar de o projecto arquitectónico se centrar num procedimento lógico e racional a partir de um problema específico, todo o processo de elaboração do projecto é interpretativo e exige do arquitecto uma tomada de sucessivas decisões baseadas em escolhas que consequentemente implicam exclusões. Essas escolhas, não sendo aleatórias, nem subjectivas, como à primeira vista poderia parecer (uma vez que existe uma infinidade de possibilidades), derivam do nosso enraizamento numa dada cultura e numa dada sociedade. A concepção de um lugar emerge, assim, da situação histórica do autor e da experiência vivida por este. Nesta perspectiva, consideram-se os lugares para além da sua objetivação, e que os mesmos sejam vistos e compreendidos a partir da consciência de que quem os recebe ou o interpreta é marcado por uma determinada situação histórica que condiciona a sua recepção ou interpretação.

Assim, como atitude interpretativa, para além da análise da sua materialidade, do que se encontra objectivado através das suas características formais anteriormente avançadas, a interpretação do lugar deverá incorporar outras categorias – como plurivocidade¹, abertura, continuidade, variedade dimensional, mobilidade e narratividade –, ganhando, desta forma, uma outra dimensão.

Para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade) e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros lugares), tem também como característica a sua variação dimensional (porque a sua dimensão depende do ponto de vista do seu intérprete, ou da escala a que estamos a trabalhar). Por outro lado, qualquer lugar altera-se ao longo do tempo (mobilidade), transformando-se noutro lugar (porque as suas características mudam). Igualmente, o lugar é produto

¹ O termo plurivocidade, semelhante ao de polissemia, assenta no facto de uma obra de arquitectura, tal como um texto, convidar a uma leitura plural, distinguindo-se, porém, deste último por se referir à obra na sua totalidade e não às partes que a compõem. Ricoeur faz a distinção entre plurivocidade e polissemia ao referir que “a plurivocidade que se prende aos textos enquanto textos é uma coisa diferente da polissemia das palavras individuais e da ambiguidade das frases individuais na linguagem vulgar. Esta plurivocidade é típica do texto considerado como totalidade; ela abre a pluralidade de leitura e de construção” (Ricoeur, 1991, p. 202).

da acção humana, que o cria como uma narrativa, ou seja, a partir da selecção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significante. Para Ricoeur, a narrativa organiza uma intriga que “[...] consiste, principalmente, na selecção e organização dos acontecimentos e das acções contadas, que fazem da fábula uma história ‘completa e inteira’ [...] com princípio meio e fim” (1991, p. 25) ². Iguamente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio lugar tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete conferindo-lhe diferentes significados (continuidade). Por outro lado, é uma obra aberta; aberta a várias e diferentes leituras uma vez que qualquer pessoa o pode ler a partir do seu próprio horizonte e em diferentes momentos históricos.

Se a compreensão é uma atitude subjectiva, porque o intérprete é um sujeito que não está fechado sobre si mesmo, nem conhece tudo em absoluto, a leitura que propomos procura acrescentar às leituras descritivas outras componentes, tendo em conta, por um lado, a situação histórica e cultural do seu intérprete e, por outro, as componentes de vida desses mesmos lugares, a partir das categorias anteriormente descritas.

A perspectiva dos intérpretes à luz da condição histórica (onde a distância histórica permite interpretar o lugar para além do horizonte limitado da sua situação de origem), as mudanças do lugar ao longo do tempo (observadas a partir da nossa situação no presente), as interpretações passadas (vistas à luz da consciência do carácter particular de cada uma delas) e a configuração desse mesmo lugar (tendo em conta que um lugar é um todo construído a partir da selecção de diferentes partes) são as grandes linhas a partir das quais podemos compreender um lugar na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando, assim, o seu sentido literal. Os territórios que habitamos não se manifestam na sua totalidade se nos limitarmos a explicar os seus aspectos formais. Nesta perspectiva, o que estamos a fazer é, tão-só, descreve-los, em vez de os compreender.

² A noção de intriga torna-se um dos aspectos relevantes para o entendimento que Ricoeur faz da narrativa, uma vez que pressupõe inteligibilidade, facto que nos remete para a compreensão.

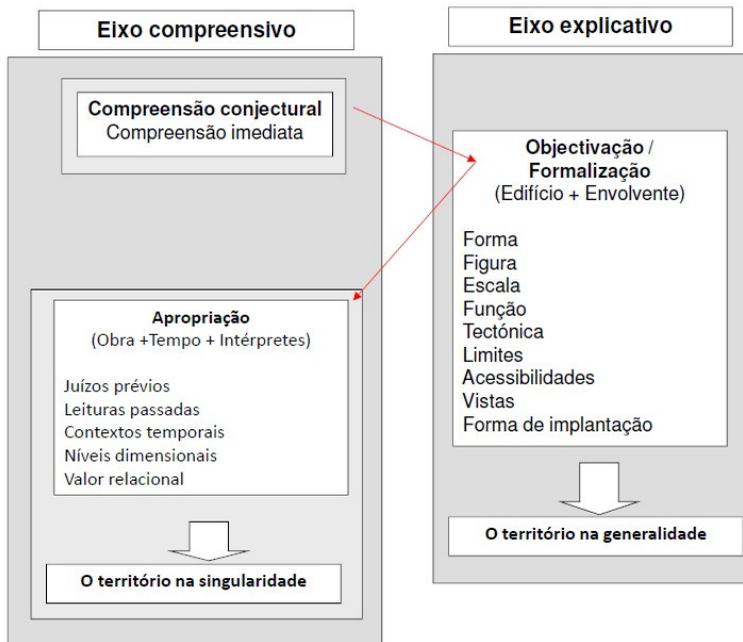


Fig. 1 – Interpretação do Território. Fonte: SILVA, T.M. (2009).

Concluimos que, para além das suas características formais (forma, figura, escala, função, tectónica, limites, acessibilidades, vistas e forma de implantação), o território incorpora outras características – como plurivocidade, abertura, continuidade, variedade dimensional, mobilidade e narratividade –, ganhando, desta forma, uma outra dimensão. Para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade) e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros territórios), é também passível de variar dimensionalmente (porque a sua dimensão depende do ponto de vista) e de se alterar ao longo do tempo, transformando-se noutros territórios (porque as suas características mudam). Por outro lado, é produto da ação humana, que o cria como uma narrativa, ou seja, a partir da seleção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significativo. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio território tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete. O

que deverá ser compreendido é, por um lado, os territórios como lugares *autónomos* em relação aos autores e à época em que foram produzidos, porque, como lugar fixado, é autónomo em relação à sua situação primitiva e, por outro, como entidades em *aberto* uma vez que são dirigidos a todos os potenciais utilizadores de todas as épocas posteriores, resultando desse facto sempre novas interpretações.

Bibliografia:

BLEICHER, J. - *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa, Edições 70, 381 p., 2002 [1980].

GADAMER, Hans-George - *O Problema da Consciência Histórica*, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 1998 [1996].

GADAMER, Hans-George - *Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*, Petrópolis: Editora Vozes, 2004 [1960].

PALMER, Richard E. - *Hermenêutica*, Lisboa: Edições 70, 1999 [1969].

RICOEUR, P. - *Tempo e narrativa. Vol. I*. Campinas, Papirus Editora, 328p., 1983.

RICOEUR, P. - *Do Texto à Acção: Ensaio de Hermenêutica II*, Porto: Rés Editora, 1991 [1986].

RICOEUR, P. - *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*, Lisboa: Edições 70, 2000 [1976].

RODRIGUES, M. J. M., et al. - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Coimbra: Quimera Editores, 291 p., 2002 [1990].

SILVA, T.M. - *O lugar arquitectónico: um modelo teórico de interpretação*. Lisboa, Portugal. Tese de Doutoramento apresentada no Instituto Universitário de Lisboa, 331 p., 2009.

TÁVORA, F. - *Da organização do espaço*. Porto, FAU Publicações, 75 p., 1996 [1962].